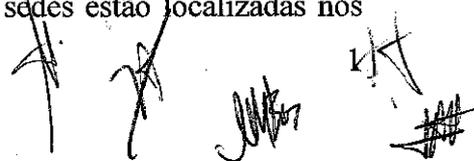


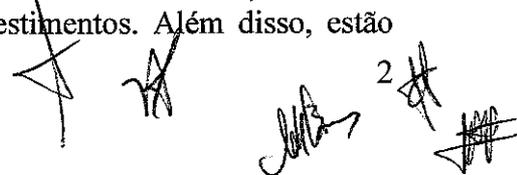
# DNIT

## ATA DA 98ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO DNIT

Aos catorze dias do mês de janeiro do ano de dois mil e dezesseis, com o início às dez horas e dezessete minutos, realizou-se a Nonagésima Oitava Reunião Ordinária do Conselho de Administração do DNIT, na sala 13 do Gabinete do Diretor-Geral do DNIT, Sede do DNIT em Brasília/DF, denominada Sala de Reuniões da Diretoria Colegiada, sob a Presidência da Senhora Natália Marcassa de Souza – Secretária-Executiva do Ministério dos Transportes/MT, com a participação dos seguintes Conselheiros, conforme consta no Livro de Presença: Luciano de Souza Castro – Secretário de Gestão dos Programas de Transportes/MT; Valter Casimiro Silveira – Diretor-Geral do DNIT; Herbert Drummond – Secretário de Política Nacional de Transportes/MT; e Cleyton Miranda Barros, Coordenador-Geral de Transportes e Logística da Subsecretaria de Regulação e Infraestrutura do Ministério da Fazenda/MF. Compareceram como convidados os Senhores Luiz Augusto dos Santos – Auditor-Chefe do DNIT; Alexandre Quaresma Inácio Silveira – Coordenador-Geral de Modernização e Informática do DNIT; Erick Moura de Medeiros – Corregedor da Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes; e Ana Patrícia Gonçalves Lira – Chefe de Gabinete da Secretaria-Executiva do Ministério dos Transportes. Não compareceu o Senhor Zarak de Oliveira Ferreira – Diretor do Departamento de Programas de Infraestrutura do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão/MPOG, por estar em gozo de férias. Passando à ordem do dia, a Presidente declarou aberta a sessão, e o Conselho de Administração passou a examinar as matérias constantes na pauta. Com relação ao **Item 1 – Posse do novo Conselheiro, Senhor Cleyton Miranda Barros**, a Presidente deu as boas-vindas ao representante do Ministério da Fazenda em nome do Conselho, apresentou os demais Conselheiros e parabenizou o Senhor Cleyton pela indicação, quem agradeceu e assinou o Termo de Posse do CONSAD. Na sequência, em se tratando do **Item 2 – Leitura, votação e aprovação da Ata da 97ª Reunião Ordinária do CONSAD/DNIT**, a Ata foi lida, aprovada e assinada pelos Conselheiros presentes. No que diz respeito ao **Item 3 – Apresentação do papel da Diretoria de Infraestrutura Aquaviária do DNIT**, foi passada a palavra ao Senhor Valter Casimiro Silveira, Diretor-Geral do DNIT e Substituto do Diretor de Infraestrutura Aquaviária que, antes de iniciar sua explanação, convidou o Senhor Erick de Medeiros para compor a mesa. Disse que o Senhor Erick exerce atualmente a função de Corregedor na Secretaria Executiva do MT, tendo sido indicado pela Excelentíssima Senhora Presidenta da República para assumir a Diretoria de Infraestrutura Aquaviária – DAQ, e informou que a indicação do Senhor Erick foi aprovada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura do Senado Federal, faltando apenas ser votada pelo Plenário da Casa. Os demais Conselheiros parabenizaram o Senhor Erick, o qual agradeceu pelo convite. Ato contínuo, o Senhor Valter deu início à apresentação mostrando aos presentes o organograma da DAQ, formada por duas Coordenações Gerais, a saber: Coordenação Geral de Obras, subdividida em Obras em Hidrovias e Obras Portuárias; e Coordenação Geral de Gestão e Projetos, subdividida em Gestão Aquaviária e Operação. Em seguida, exibiu um mapa que continha a distribuição das Administrações Hidroviárias no território brasileiro. Afirmou que apenas em junho de 2015 tais Administrações voltaram a ser responsabilidade do DNIT, com a extinção do Convênio nº. 007/2008/DAQ/DNIT, por meio do qual ocorreu a transferência de execução da administração das hidrovias e dos portos fluviais para a Companhia de Docas do Maranhão – CODOMAR. Logo após, apresentou um organograma das Administrações Hidroviárias, que correspondem a 08 (oito) no total, cada uma representada por um Coordenador de Administração Hidroviária, com abrangência geográfica que extrapola as unidades da federação e cujas sedes estão localizadas nos

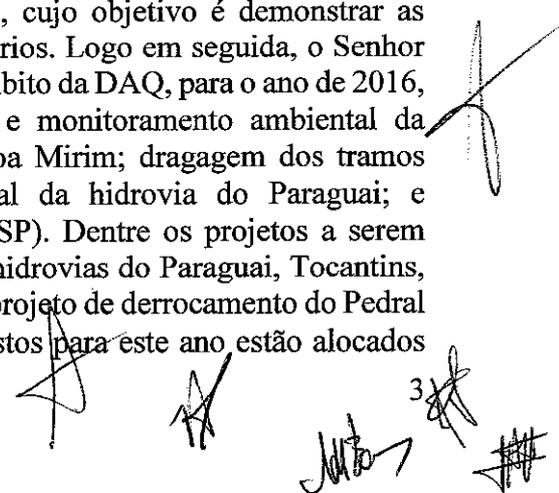


seguintes estados: Amazonas – AHIMOC (Administração das Hidrovias da Amazônia Ocidental); Pará – AHIMOR (Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental); Maranhão – AHNOR (Administração das Hidrovias do Nordeste); Tocantins – AHITAR (Administração das Hidrovias do Tocantins e Araguaia); Minas Gerais – AHSFRA (Administração da Hidrovia do São Francisco); Mato Grosso do Sul – AHIPAR (Administração da Hidrovia do Paraguai); São Paulo – AHRANA (Administração da Hidrovia do Paraná); e Porto Alegre – AHSUL (Administração das Hidrovias do Sul). A seguir, o Senhor Valter expôs um panorama das manutenções hidroviárias por Administração, destacando a extensão de quilômetros navegáveis no território brasileiro, que totaliza 35.373 quilômetros; a extensão de hidrovias em manutenção pelo DNIT, que perfaz 10.442 quilômetros; e as principais cargas em potencial a serem transportadas. Posteriormente, explanou acerca das intervenções e dos investimentos previstos em cada Administração Hidroviária, iniciando pela AHIMOC, onde se pretende investir um montante de aproximadamente R\$148,9 milhões (cento e quarenta e oito milhões, novecentos mil reais), englobando a elaboração de Estudos de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental – EVTEA, serviços de dragagem, supervisão ambiental, levantamento hidrográfico e replantação de sinalização náutica nas hidrovias que compõem o sistema. O palestrante comentou sobre o objetivo dos estudos de viabilidade, que seriam principalmente a verificação do tipo de carga a ser transportada, o tipo de embarcação utilizada e os pontos de captação das cargas ao longo das hidrovias. Disse ainda que a intenção é criar um modelo de contratação para realizar a execução das dragagens que perdure por um período de 05 (cinco) anos, e não apenas por 01 (um) ano, a exemplo do que ocorre nos contratos de manutenção e restauração rodoviária (CREMA), o que possibilitaria a navegabilidade das hidrovias por um período maior. Apontou, seguidamente, que o investimento previsto para as hidrovias que fazem parte da jurisdição da AHIMOR totaliza R\$607,4 milhões (seiscentos e sete milhões, quatrocentos mil reais), montante este em que estão inseridas a elaboração de EVTEA, a implantação de sinalização, a manutenção e operação da eclusa de Tucuruí e as obras de derrocamento, incluindo a supervisão dos serviços, na região do Pedral do Lourenço. Neste momento, a Senhora Natália Marcassa perguntou qual o valor previsto para a execução das obras relativas ao Pedral do Lourenço, ao que o Senhor Valter respondeu que o orçamento prevê um custo aproximado de R\$560 milhões (quinhentos e sessenta milhões de reais), e complementou com a informação de que a licitação não foi aberta devido ao grande número de questionamentos levantados. O Senhor Luciano de Castro indagou acerca da previsão de abertura, o que, segundo o Senhor Valter, ainda não há. E disse, em adição, que está consignado no edital um prazo de 05 (cinco) anos para conclusão das obras, sendo os dois primeiros para estudos e projetos relativos aos impactos que advirão do empreendimento. A seguir, o Senhor Herbert Drummond questionou por quantos quilômetros a obra irá se estender e qual o limite colocado pelo edital para que as empresas possam se candidatar ao certame. O Senhor Valter afirmou que a extensão total é de 43 quilômetros e explicou que o edital exige que as empresas já tenham trabalhado com derrocamento de duzentos mil metros cúbicos de material. O Senhor Herbert inquiriu ainda se o edital aceita que se possua experiência com derrocamento marítimo e o Senhor Valter disse que sim, acrescentando que o conhecimento concernente a obras em barragens e hidrovias também é aceito como critério de seleção. Em seguida, continuando a exposição, o Senhor Valter mostrou algumas fotos do Pedral do Lourenço, na hidrovia do Rio Tocantins, e da eclusa do Tucuruí, e completou dizendo que, para a operação das eclusas, o DNIT contrata de forma direta o próprio operador da barragem, a fim de garantir a segurança do sistema e diminuir o custo. Passando ao próximo *slide*, foi apresentado o mapa de intervenções sob responsabilidade da AHRANA, que incluem o EVTEA e a sinalização referentes à hidrovia do Rio Paraná e afluentes, totalizando um montante de R\$57,8 milhões (cinquenta e sete milhões, oitocentos mil reais) de investimentos. Além disso, estão



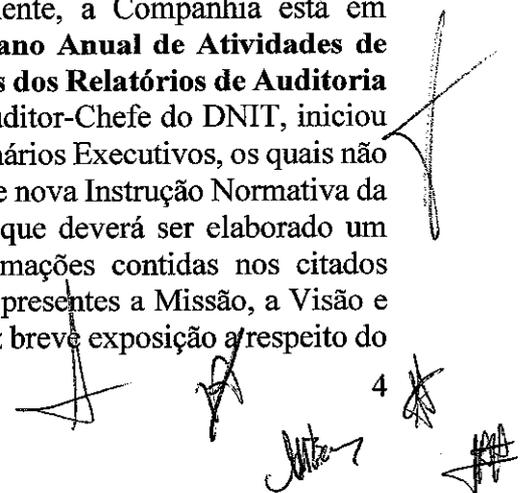
Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

previstos investimentos no Rio Tietê, que ultrapassam os R\$2 bilhões (dois bilhões de reais), sendo R\$900 milhões (novecentos milhões de reais) a cargo do Governo Federal, e o restante, mediante Termo de Cooperação, ficará a cargo do Departamento Hidroviário – DH/SP, da Secretaria de Logística e Transportes do Governo do estado de São Paulo. Após a exibição de algumas imagens com exemplos de intervenções sob a alçada da AHRANA, o Senhor Valter continuou a explanação sobre as Administrações Hidroviárias, e esclareceu brevemente aos presentes acerca da AHINOR, que possui poucos empreendimentos sob sua competência, totalizando um investimento de R\$5,5 milhões (cinco milhões e quinhentos mil reais), alusivo a um EVTEA, o qual apontou que as hidrovias ali existentes não trazem retorno financeiro e não funcionam comercialmente. Asseverou que não há projeto aprovado no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC para tais hidrovias, onde as intervenções mais usuais são de limpeza dos rios e sinalização. A próxima Administração Hidroviária mencionada foi a AHSUL, que tem um investimento total em suas hidrovias em torno de R\$42 milhões (quarenta e dois milhões de reais), abarcando EVTEA – já concluído –, dragagens, manutenção e operação das eclusas do Jacuí e de São Gonçalo. No tocante ao projeto de dragagem da Lagoa Mirim, cuja licitação ainda será feita, o Senhor Valter disse que está em fase de levantamento de preços e que há estudos voltados ao uso da lagoa para escoamento da produção do Uruguai. Mencionou, também, a dificuldade técnica em montar as composições de custos, pois o DNIT ainda não possui *expertise* na área de custos hidroviários, uma vez que até pouco tempo delegava a administração dos serviços relativos a este modal. O Senhor Herbert interveio e perguntou a respeito do Sistema de Custos Referenciais de Obras – SICRO, ao que o Senhor Valter respondeu que o novo sistema está em andamento, atualmente em fase de audiência pública, e que não há como aplicá-lo ao modal aquaviário. Voltou à questão do Pedral do Lourenço, dizendo que foram abertas as composições de custos dessa licitação para o mercado na ocasião do novo lançamento do Edital. Na oportunidade, o Senhor Luciano mencionou que essa foi uma decisão acertada, uma vez que a primeira licitação foi considerada deserta, demonstrando a falta de interesse do mercado neste empreendimento. O Senhor Valter, retomando a apresentação, passou ao *slide* seguinte, que contemplava o mapa de intervenções sob a incumbência da AHIPAR, com investimentos previstos no montante de R\$56,3 milhões (cinquenta e seis milhões e trezentos mil reais), abrangendo EVTEA para investigar a possibilidade de se utilizar comercialmente a hidrovia do Paraguai, realizar serviços de dragagem, de levantamento hidrográfico e de manutenção de sinalização náutica. No tocante à AHSFRA, o investimento total é de R\$7,6 milhões (sete milhões e seiscentos mil reais), relativo ao EVTEA, em estágio final, para a hidrovia do São Francisco, entre os municípios de Pirapora/MG e Juazeiro/BA. O Senhor Valter explicou que tal hidrovia não possui água suficiente nem para dragagem e que o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG solicitou ao DNIT o apoio a alguns municípios da região, mediante a utilização de uma draga, para abastecimento de água devido à estiagem. Finalmente, no que tange às intervenções na área de influência da AHITAR, o palestrante esclareceu que o investimento nas hidrovias dos Rios Tocantins e Araguaia totaliza um montante de R\$8,5 milhões (oito milhões e quinhentos mil reais), atinentes a EVTEA em fase de conclusão, cujo objetivo é demonstrar as intervenções necessárias para possibilitar a subida dos rios. Logo em seguida, o Senhor Valter expôs o planejamento referente a licitações no âmbito da DAQ, para o ano de 2016, as quais incluem: dragagem continuada, supervisão e monitoramento ambiental da hidrovia do Madeira; dragagem e supervisão da Lagoa Mirim; dragagem dos tramos Norte e Sul, supervisão e monitoramento ambiental da hidrovia do Paraguai; e derrocamento do Pedral de Nova Avanhandava (DH/SP). Dentre os projetos a serem cumpridos estão a conclusão dos EVTEA relativos às hidrovias do Paraguai, Tocantins, Tapajós, Amazonas e São Francisco, além do início do projeto de derrocamento do Pedral do Lourenço. Destacou também que os recursos previstos para este ano estão alocados



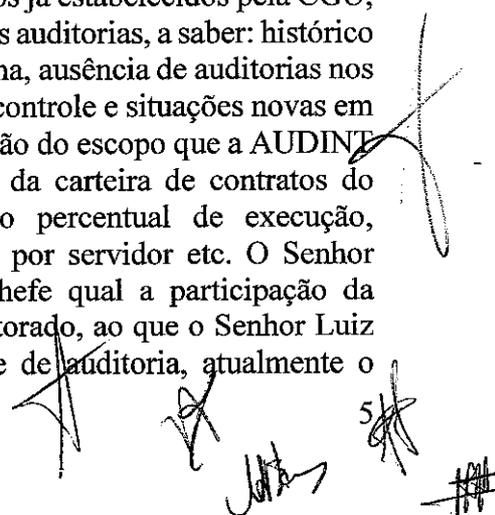
Handwritten signatures and initials at the bottom right of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below it.

em manutenção e operação das eclusas de Jupia, Três Irmãos, Tucuruí e Sul. Dentre as ações a serem trabalhadas no âmbito político, assinalou a retomada da navegação na hidrovia Tietê-Paraná, o monitoramento das condições da seca no São Francisco e a continuidade do Protocolo de Intenções com o Governo do estado de São Paulo. O Senhor Valter disse ainda que a navegação no Rio Tietê está paralisada atualmente devido à estiagem e afirmou que solicitará à Agência Nacional de Águas – ANA uma outorga de navegação a fim de que a utilização das águas não seja feita apenas pelo setor elétrico. O próximo tópico abordado foi relativo às Instalações Portuárias Públicas de Pequeno Porte – IP4 que, segundo o Senhor Valter, estão presentes principalmente na Região Norte do país. São 44 (quarenta e quatro) instalações em operação, 11 (onze) em obras e 31 (trinta e um) terminais em fase de projetos. Os próximos *slides* concentraram informações e exemplos acerca de quais tipos de terminais estão em operação, como e onde funcionam, conforme se segue: flutuante com três pontes móveis, no município de Manicoré/AM; flutuante com duas pontes móveis, no município de Urucurituba/AM; flutuante com rampa, no município de Guajará/AM; e flutuante com trapiche. Em seguida, mencionou os problemas advindos da deposição de material orgânico nas instalações, o qual desce o rio e se deposita nas estruturas metálicas dos portos, podendo ocasionar danos. Afirmou que a retirada de troncos é constante e que alguns portos tiveram seus cabos rompidos, ocasionando o tombamento das instalações. O Senhor Herbert disse que futuramente deverão ser construídas estruturas semelhantes a um quebra-mar. O palestrante asseverou que já está sendo estudada uma solução que funcione como defletor desses materiais, pois o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA não permite sua retirada dos rios, com a justificativa de que a vida ali presente depende dos microrganismos existentes na madeira. Finalizando sua exposição, o Senhor Diretor-Geral do DNIT esboçou um panorama do que foi feito no ano de 2015 com relação a obras e licitações ligadas a terminais hidroviários, além do que se espera realizar no ano de 2016, como, por exemplo, as licitações para as obras remanescentes nos portos localizados no Amazonas nos municípios de Nhamundá e de Benjamin Constant, o reforço geotécnico no porto de Itamarati; a certificação de 15 (quinze) IP4 e os projetos para os municípios de Altamira, Tucuruí, Conceição do Araguaia e Óbidos, todos no Pará. Os demais Conselheiros parabenizaram o Senhor Valter pela apresentação, inclusive a Senhora Natália, que considerou a exposição muito esclarecedora. Por sugestão da Presidente, ficou decidido que, na próxima Reunião do Conselho, será realizada explanação sobre o Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR, conduzida pela Diretoria de Planejamento e Pesquisa, e, para a Reunião subsequente, a apresentação da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária e de uma de suas Coordenações Gerais. Antes de passar ao próximo item da pauta, o Senhor Cleyton Miranda perguntou ao Senhor Valter acerca da situação da CODOMAR, mencionando um estudo do Ministério dos Transportes que migrava as competências e atribuições da Companhia de Docas do Maranhão para a DAQ. O Senhor Valter esclareceu que as competências sempre foram do DNIT, mas nunca foram assumidas antes pela Autarquia, desde a sua criação. Assim, foi feita uma cooperação com a CODOMAR, pois o DNIT não possuía *expertise* com o modal aquaviário. Disse ainda que a CODOMAR ficou sem função com a recente absorção das Administrações Hidroviárias pelo DNIT e que, atualmente, a Companhia está em processo de extinção. No que diz respeito ao **Item 4. Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – PAINT/2016 e Sumários Executivos dos Relatórios de Auditoria – Exercício 2015**, o Senhor Luiz Augusto dos Santos, Auditor-Chefe do DNIT, iniciou sua intervenção fazendo uma ressalva com relação aos Sumários Executivos, os quais não seriam apresentados neste momento devido à publicação de nova Instrução Normativa da Controladoria Geral da União – CGU, a qual prescreve que deverá ser elaborado um Relatório Anual de Auditoria, que condensará as informações contidas nos citados Sumários. Em seguida, exibiu aos Conselheiros e demais presentes a Missão, a Visão e os Valores da Auditoria Interna do DNIT – AUDINT, e fez breve exposição a respeito do

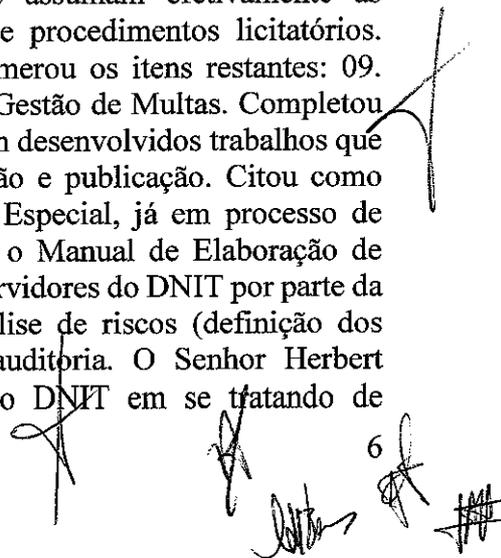


4

organograma relativo à Cadeia de Valores daquela seccional. Discorreu sobre as inovações trazidas pela aludida Instrução Normativa da Controladoria Geral da União – IN/CGU nº. 24, de 17 de novembro de 2015, dentre as quais estão contemplados novos procedimentos para a elaboração do PAINT e do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna – RAINT e para a atuação da AUDINT junto ao CONSAD. Afirmou que o PAINT deve ser encaminhado à CGU até o último dia útil de fevereiro, após aprovação do mesmo nesta Reunião do CONSAD. Disse também que os trabalhos da Auditoria Interna deverão considerar a avaliação dos controles internos, compreendendo o ambiente de controle, a avaliação de riscos, as atividades de controle, a informação e a comunicação e as atividades de monitoramento. A IN/CGU nº. 24 ainda estabelece que deve ser encaminhado ao CONSAD um resumo de cada Relatório de Auditoria finalizado e, mensalmente, um Relatório Gerencial de recomendações da AUDINT, da CGU, do Tribunal de Contas da União – TCU e de outros órgãos ou entidades de regulação e/ou fiscalização. Com relação ao RAINT do exercício anterior, a Instrução Normativa preceitua que deve ser aprovado pelo CONSAD e enviado à CGU, também até o último dia útil de fevereiro, com publicação na internet em até 30 (trinta) dias. Dando continuidade à apresentação, o Senhor Luiz Augusto expôs o ciclo de aprovação do PAINT e em seguida exibiu uma síntese da composição da equipe de trabalho lotada na AUDINT, formada por 17 (dezessete) servidores do quadro de pessoal da Autarquia, e avaliou que esta conjuntura permite uma estimativa de 10 (dez) auditorias planejadas e 07 (sete) especiais, diferente do número alcançando no ano de 2015, em que foram feitas 22 (vinte e duas) auditorias. O próximo assunto abordado pelo Auditor-Chefe foi a composição da carteira de contratos do DNIT e sua respectiva matriz de investimentos, separados por modal de transportes e outros critérios. Destacou que, dos 1775 (mil setecentos e setenta e cinco) contratos ativos, 97,20% correspondem ao modal rodoviário, e que a soma de todos estes contratos perfaz um montante de investimentos no total de mais de setenta bilhões de reais, valor que deveria ser depurado para se alcançar algo mais próximo da realidade, uma vez que o contrato só é considerado finalizado após lavratura de termo de recebimento provisório. Disse também que a maior parte dos recursos é alocada na Região Centro-Oeste do país, com 29% do total de investimentos, seguida das Regiões Sul (23%), Nordeste (22%), Norte e Sudeste (13% cada). Em se tratando da disposição da carteira de convênios, atentou para o fato de que, apesar de 58% dos convênios serem firmados com entes municipais, 82% dos recursos financeiros estão alocados na esfera estadual. Observou que os convênios estabelecidos com entidades da federação – apenas 6% do total – referem-se a Termos de Execução Descentralizada – TED firmados no ano de 2012, mas o número pode ser maior devido a passivo oriundo do ano de 2011. O próximo *slide* contemplou alguns elementos que devem ser considerados para a elaboração do PAINT, segundo a já mencionada IN/CGU nº. 24/2015: o planejamento estratégico da entidade, a estrutura de governança, o programa de integridade e gerenciamento de riscos corporativos, os controles existentes e os planos, metas, objetivos, programas e políticas. O Senhor Luiz Augusto asseverou que os dois primeiros tópicos – o planejamento estratégico e a estrutura de governança – já estão em andamento no DNIT e, logo após, pontuou, além dos critérios já estabelecidos pela CGU, os parâmetros considerados pela AUDINT na escolha de suas auditorias, a saber: histórico de problemas da área, materialidade e relevância do programa, ausência de auditorias nos últimos anos, planejamento a ser realizado pelos órgãos de controle e situações novas em relação ao ano anterior. Disse ainda que é a partir da definição do escopo que a AUDINT aplica um procedimento operacional para avaliar o risco da carteira de contratos do programa, considerando os indicadores relacionados ao percentual de execução, quantidade de recursos, número de contratos fiscalizados por servidor etc. O Senhor Herbert Drummond interveio e perguntou ao Auditor-Chefe qual a participação da Diretoria Executiva do DNIT na escolha do que será monitorado, ao que o Senhor Luiz Augusto respondeu que, após a seleção feita pela equipe de auditoria, atualmente o

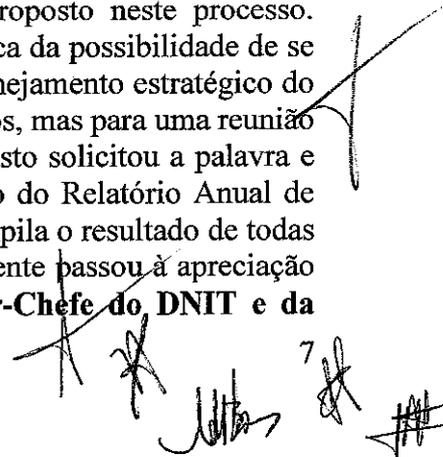


procedimento é despachar com o Diretor-Geral da Autarquia. O Conselheiro também indagou a respeito do que deve ser concretamente aprovado pelo Conselho, obtendo como resposta que o objeto de análise do CONSAD é o assunto a ser auditado. Entrementes, a Senhora Natália ressaltou que o critério de seleção na Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT levou ao desenvolvimento de um sistema em que todos os níveis da Agência intervinham em algum momento, antes de se levar ao conhecimento da Diretoria para decisão, e sugeriu que é interessante conhecer este trabalho. O palestrante concordou e disse que certamente esta é uma referência, mas argumentou que a questão que se coloca é a ausência de uma análise de risco corporativo, inovação que, conforme a IN/CGU nº. 24, o DNIT deverá aplicar. O Senhor Herbert concluiu sua intervenção afirmando ser necessária a disponibilização de um resumo para as instâncias decisórias fornecerem seu aval. Dando continuidade, o Auditor-Chefe exibiu, de forma sintética, a proposta de objetos a serem auditados no ano de 2016, a seguir elencados: 1. Instituto de Pesquisas Rodoviárias – IPR, ocasião na qual o Senhor Luciano de Castro perguntou se será tratada também a questão do local de funcionamento do IPR – se no Rio de Janeiro ou em Brasília – e a incorporação deste Instituto com outros modais. O Senhor Luiz Augusto disse que o escopo do tema poderá ser redimensionado caso o Conselho assim entenda, mas que, no momento, trata-se apenas de uma avaliação da estrutura física e técnica para cumprimento de sua missão institucional. Voltando à apreciação dos temas recomendados para auditoria, deu-se prosseguimento com os itens restantes: 02. Termo de Recebimento de Obras, que, segundo o Auditor-Chefe, é um pré-requisito para se fazer manutenção da malha rodoviária e que pode, em adição, ser um instrumento mais efetivo de controle, devido ao grande número de contratos sem o referido termo; 03. Processo de Prestação de Contas, pois existe um grande estoque de convênios a ser analisado; 04. Administrações Hidroviárias; 05. Autorização Especial de Trânsito – AET (Contrato nº 209/2013), ponto importante, pois a AET gera fonte de arrecadação; 06. Plano Anual de Trabalho e Orçamento – PATO; 07. Gestão de Projetos e Estudos, em consonância com o estabelecido no mapa estratégico do DNIT; 08. Área Administrativa – Superintendência Regional no Estado do Amapá. Neste momento, o Senhor Luciano de Castro sugeriu inserir a Superintendência Regional no Estado de Roraima no escopo da auditoria, uma vez que ambas foram criadas ao mesmo tempo. O Senhor Valter aconselhou, no entanto, que as duas fossem objeto de auditoria em outra ocasião, dada a atual estrutura da AUDINT e o fato de que uma e outra ainda realizam suas execuções financeiras por meio das Superintendências das quais foram desmembradas – Pará, no caso do Amapá, e Amazonas, no caso de Roraima. Esta sugestão foi acatada por todos os Conselheiros e ficou deliberado que a auditoria na Superintendência Regional no Estado do Amapá fosse retirada do rol de auditorias a serem realizadas em 2016 e fossem realocados esforços da AUDINT em outros trabalhos mais demandantes. O Senhor Herbert Drummond registrou ainda que fique como meta a ser cumprida pelo DNIT neste ano a implantação definitiva das duas Superintendências, já oficialmente criadas. O Diretor-Geral do DNIT afirmou que já solicitou às Superintendências de origem a transferência, sempre com suporte, de tudo aquilo que incumbe às recém-criadas, para que assumam efetivamente as responsabilidades, inclusive de execução financeira e de procedimentos licitatórios. Retomando a apresentação, o Senhor Luiz Augusto enumerou os itens restantes: 09. Gestão de Pessoas (Ordem de Serviço nº. 17/2015) e 10. Gestão de Multas. Completou sua exposição relatando que ao longo do ano de 2015 foram desenvolvidos trabalhos que necessitam de finalização, ampliação ou apenas aprovação e publicação. Citou como exemplos o Manual Operacional de Tomada de Contas Especial, já em processo de formalização na Diretoria de Administração e Finanças, o Manual de Elaboração de Relatórios de Auditoria, a ampliação de treinamento dos servidores do DNIT por parte da AUDINT e o estabelecimento de metodologia para análise de riscos (definição dos critérios, identificação de prioridade) dos objetos de auditoria. O Senhor Herbert perguntou se o PAINT apresentado é suficiente para o DNIT em se tratando de



6

necessidade de auditorias, ao que o Senhor Luiz Augusto respondeu que há, principalmente no tocante à área finalística do DNIT, escassez de recursos humanos na Auditoria Interna, mas que o Plano atual foi pensado considerando-se o atual quadro de servidores. Os membros deliberaram pela aprovação do PAINT, agradeceram a apresentação e passaram à apreciação do próximo item da pauta, **5. Apresentação trimestral das ações da Coordenação Geral de Modernização e Informática – CGMI/DAF**, acerca do qual deliberaram pelo adiamento para a próxima reunião do CONSAD. No tocante ao **Item 6. Assuntos Gerais, subitem 6.1 Relatório Final de Auditoria Especial nº. 23/2015/AUDINT/DNIT**, o Senhor Auditor-Chefe destacou que tratava-se apenas de um comunicado acerca da finalização e do encerramento do ciclo de auditoria referente ao citado Relatório, o qual versou a respeito dos procedimentos atinentes ao controle viário nas rodovias federais mediante disposição, instalação, operação e manutenção de equipamentos eletrônicos, com coleta, armazenamento e processamento de dados estatísticos e dados de imagens e infrações no âmbito da Coordenação Geral de Operações Rodoviárias da Diretoria de Infraestrutura Rodoviária – CGPERT/DIR. Disse ainda que as recomendações emanadas pelo Relatório serão objeto de monitoramento por parte da AUDINT. Logo em seguida, no ensejo do assunto em discussão, a Senhora Presidente perguntou ao Senhor Diretor-Geral do DNIT se foi firmado o contrato com a Imprensa Nacional para publicação de edital de notificação concernente a multas por infrações de trânsito, ao que o Senhor Valter respondeu que sim. Afirmou, contudo, que a Resolução do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN nº. 829/97 prevê, antes que o edital seja publicado, o envio ao infrator, pelos Correios, de correspondência postal registrada com "aviso de recebimento", o que torna o gasto muito elevado, próximo a R\$30 milhões (trinta milhões de reais) por mês. A Senhora Natália asseverou que os custos diminuíram com recente decisão do CONTRAN, por meio da Resolução nº. 574, de 16/12/2015, a qual faculta ao órgão autuador publicar extrato resumido de edital no Diário Oficial, sendo obrigatória a publicação de sua íntegra na *internet*. No entanto, a Presidente também acredita que os gastos com os Correios são elevados e uma alternativa deve ser ponderada. Sugeriu, deste modo, contatar o Ministério das Comunicações para verificar a possibilidade de diminuição de custos com as referidas postagens. Ainda com relação à questão das multas, perguntou ao Senhor Valter acerca do edital da nova licitação para contratação de empresas com vistas ao cumprimento do Novo Plano Nacional de Controle de Velocidade – PNCV, programa que contempla a execução dos serviços de instalação, operação e manutenção de equipamentos de controle de tráfego e monitoramento das rodovias federais. O Senhor Diretor-Geral explicou que o edital ainda não foi publicado devido a uma série de alterações solicitadas após fase de consulta pública. Uma das recomendações diz respeito à utilização de tecnologias intrusivas, ou seja, que necessitam de intervenção no pavimento, procedimento que poderia danificar o equipamento. A sugestão feita foi a de se manter tal tecnologia onde já existe, e, onde não houver, utilizar outro método. Se a empresa que vencer a licitação quiser utilizar o laço detector já instalado por outra companhia, e a ele agregar seu próprio equipamento, será permitido, mas o DNIT exigirá a performance. A Senhora Natália, então, solicitou uma apresentação sucinta, em apenas um *slide*, para a próxima reunião do CONSAD, com os seguintes pontos: *status* da licitação após a consulta pública, alteração dos índices de performance e novo cronograma proposto neste processo. Seguidamente, o Conselheiro Herbert Drummond indagou acerca da possibilidade de se trazer para a próxima reunião informações concernentes ao planejamento estratégico do DNIT, proposta que contou com a anuência dos demais membros, mas para uma reunião a ser realizada a partir do mês de março. O Senhor Luiz Augusto solicitou a palavra e sugeriu que conste na pauta do próximo encontro a aprovação do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna do DNIT – RAINIT, o qual compila o resultado de todas as auditorias feitas em 2015. A sugestão foi acatada e a Presidente passou à apreciação do **subitem 6.2 Aprovação da nomeação do novo Auditor-Chefe do DNIT e da**

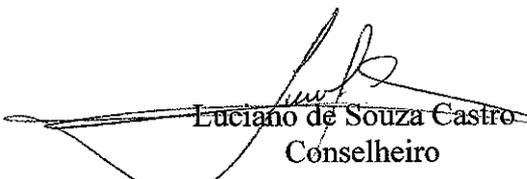


**exoneração do atual titular**, ocasião em que a Senhora Natália mencionou este ser um rito que deve passar pelo Conselho para ratificação da escolha do nome escolhido pelo DNIT. O Senhor Valter apresentou, então, o nome do Senhor Benedito Orlando Nava Castro para exercer a função de Auditor-Chefe do DNIT e destacou que o Senhor Benedito é servidor da CGU, foi indicado junto a outros 03 (três) nomes pela própria Controladoria e possui bastante experiência na área. A exoneração do atual titular ocorreu em seguida, momento em que a Presidente franqueou a palavra aos demais. O Senhor Herbert elogiou o trabalho desempenhado pelo Senhor Luiz Augusto enquanto Auditor-Chefe e disse que o Conselho se sentiu bastante confortável com as informações fornecidas por ele. A Senhora Natália também se pronunciou e lembrou que o papel do Auditor-Chefe é ainda o de assessorar o Conselho, e agradeceu pelo legado deixado durante seu exercício na Autarquia, afirmando ser ele um servidor com o qual podem sempre contar. O Senhor Luiz Augusto agradeceu os elogios e a experiência acumulada e disse que é apenas um porta-voz de toda a equipe da Auditoria Interna do DNIT, a qual sempre colaborou para a realização de todo o trabalho apresentado ao Conselho. Finalmente, o Senhor Cleyton solicitou o registro de sua boa impressão com a organização do Conselho, tanto no tocante à clareza de informações providas pela Secretaria do CONSAD quanto no que concerne à organização da própria reunião. O Senhor Valter agradeceu os elogios em nome do DNIT e reiterou as boas-vindas ao novo Conselheiro, seguido de manifestação análoga dos demais membros e da Presidente. Nada mais havendo a tratar, a Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e demais presentes, dando por encerrada a sessão às doze horas e vinte e dois minutos, da qual eu, Leonardo Villares de Almeida Affonso, Substituto da Secretária-Executiva do Conselho de Administração, lavrei a presente Ata, que é assinada por mim, pela Senhora Presidente e pelos demais Conselheiros.-----

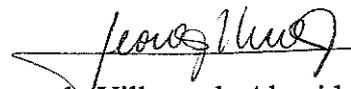
  
Natália Marcassa de Souza  
Presidente

  
Valter Casimiro Silveira  
Conselheiro

  
Cleyton Miranda Barros  
Conselheiro

  
Luciano de Souza Castro  
Conselheiro

  
Herbert Drummond  
Conselheiro

  
Leonardo Villares de Almeida Affonso  
Substituto da Secretária-Executiva